

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 5ª REGIÃO – CORECON/BA, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2024.

Aos treze dias do mês de novembro de 2024, às 12:15 horas, foi realizada a Sessão Plenária Ordinária do Corecon/BA, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte pauta: I – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR – realizada no dia 02 de outubro de 2024. II – COMUNICAÇÕES DA PRESIDENTE. 2.1. Since – relato da presidente. 2.2. Eventos de novembro: Consciência Negra e Ereco. 2.3. Autorização de pesquisa junto a registradores. 2.4. Projeto de fiscalização. 2.5. Recuperação de perdas salariais. 2.6. Automação de processos – pessoal do Cofecon. III – ORDEM DO DIA. 3.1. Definição valores de anuidades e emolumentos para 2025. 3.2. Prestação de Contas 3º trimestre de 2024. 3.3. Processo eleitoral 2024 – resultado e homologação. 3.4. Premiações do Cofecon: destaque econômico, personalidade econômica, mulher economista e mulher transformadora – 18/11. IV – O QUE OCORRER. Presentes na Sessão Plenária a presidente Isabel de Cássia Santos Ribeiro e os conselheiros Reinaldo Dantas Sampaio, Luiz José Pimenta, Helga Dulce Bispo Passos e Gervásio Ferreira dos Santos. Presentes também o superintendente Bruno Pires Sacramento, o contador Pedro Gomes da Silva e a assessora de comunicação Lívia Santana Cavalcanti. Constatando haver *quórum* suficiente, a presidente Isabel de Cássia iniciou os trabalhos da Sessão Plenária passando a discutir e deliberar a seguinte pauta: I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – realizada no dia 2 de outubro de 2024. Colocada em deliberação, a referida ata foi aprovada por todos os presentes. COMUNICAÇÕES DA PRESIDENTE. 2.1. Since – relato da presidente. A presidente Isabel de Cássia informou que esteve presente no último Since de Camboriú/SC e participou de um grupo de discussões sobre a grade curricular dos cursos de economia que está em pauta em todo o Brasil, haja vista a pouca quantidade de estudantes entrando e a baixa quantidade de formandos. Salientou que era necessário adequar a grade às exigências do mercado para atrair os estudantes. Disse que apresentou duas propostas que irá discutir com as IES do Estado. Continuou dizendo que em suas visitas a órgãos de governo como a Setre por exemplo, foi perguntando o que o Corecon poderia oferecer em uma parceria e percebeu que o Corecon não teria muito a oferecer tendo em vista seu caráter institucional. Diante disso, pensou então que a Comissão de Educação do Conselho poderia atuar facilitando o acesso às IES. Continuou dizendo que no segundo semestre passou a visitar as IES e conversando com alguns professores ouviu que para os estudantes se interessarem pelo Conselho era preciso algo em troca. Disse que pretende discutir com as IES ainda no mês de dezembro para que as mesmas ofereçam cursos de extensão e bolsas, de modo que o Corecon possa fazer essa triangulação oferecendo mentorias e participando do processo, tornando-se atraente para os estudantes e economistas. Disse que foi lembrado pelo superintendente Bruno Pires que o Cofecon possui uma plataforma EAD pouco explorada e que poderia firmar parceria para capacitar com cursos de extensão cancelados pelas IES com conteúdo que não são contemplados nas grades curriculares como uso da IA, mercado de capitais, perícia etc, cobrando um pequeno valor, configurando uma triangulação Cofecon – Corecon – IES. Disse que a proposta foi aprovada mas precisaria da participação das IES. Continuou dizendo que também participou do Fórum da Mulher e Diversidade como comentarista e que se sentia honrada em sempre participar. Disse ainda que outro ponto discutido no Since foi a fiscalização e a dificuldade de fiscalizar e propôs que no mês de agosto o Cofecon lançasse uma campanha de valorização profissional enfatizando que naquele mês as ações de fiscalização seriam intensificadas. Informou que o Corecon/RS propôs o uso de IA para melhorar o processo de capacitação e os Corecon's GO e DF tem articulado juntos processos de fiscalização. 2.2. Eventos de novembro: Consciência Negra e Ereco. A presidente Isabel de Cássia informou que no dia 12 de novembro fez um evento muito bom sobre o Dia da Consciência Negra em parceria com o Sebrae e o Comitê da Diversidade. Disse que foi discutido a necessidade de se melhorar a relação com o dinheiro e a importância do afro-empresendedorismo. Salientou que envolveu uma estudante da UFBA na organização do evento e participação na mesa. Mencionou que discutiram ainda sobre a remuneração do negro que também é diferente no mercado de trabalho, bem como sobre a invisibilidade do negro e a dificuldade dele em monetizar.

Finalizou informando que o evento teve quase 70 pessoas, mas novamente com poucos estudantes devido ao Ereco, que por sinal, pediu apoio do Corecon para o lanche. 2.3. Autorização de pesquisa junto a registrados. A presidente Isabel de Cássia informou que a assessora de comunicação Lívia Santana, estava com uma pesquisa pronta para aplicar aos economistas registrados e informou ao plenário que irá encaminhar para os conselheiros contribuírem para posterior aplicação. 2.4. Projeto de fiscalização. A presidente Isabel de Cássia informou que já fazia tempo que o Corecon havia feito uma ação de fiscalização através de carta impressa, tendo em vista as justificativas do alto custo e baixo retorno financeiro, mas que era obrigação do Conselho fiscalizar e que após levantamento da lista dos inadimplentes o custo com os correios seria de aproximadamente de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) e sugeriu que se fizesse um teste com aqueles que devem mais, gastando a metade e aguardando o retorno para dar prosseguimento ou não. Informou que a assessora jurídica Sabrina Batista conhece fornecedor que cobra em torno de R\$ 16,90 (dezesesseis reais e noventa centavos) com impressão da carta, entrega e devolução do AR, quando nos Correios seria em torno de R\$ 18,00 (dezoito reais) apenas a entrega da carta e devolução do AR, sendo que o Corecon é obrigado a notificar os economistas sobre suas dívidas. 2.5. Recuperação de perdas salariais. A presidente Isabel de Cássia informou que de 2019 até 2022, existe uma perda salarial dos servidores da ordem de 9,10% e que em reunião com a comissão de finanças sugeriu que fosse resolvida em 3 vezes, no entanto, a comissão ponderou que traria impacto considerável ao Conselho e o conselheiro Gustavo Pessoti sugeriu que dividisse no maior número de parcelas possíveis em 2025 avaliando o impacto, além de não ser bom terminar um mandato com déficit. O conselheiro Reinaldo Sampaio ponderou que como eram itens distintos, que as observações fossem feitas logo para não ficar voltando aos assuntos que já foram apresentados. Sobre a grade curricular dos cursos de economia, perguntou se o Cofecon teria apresentado alguma proposta a ser defendida perante o MEC, pois se não tiver, o assunto não prospera sem um ente nacional envolvido propondo e encabeçando a discussão. A presidente Isabel de Cássia disse que eram apenas propostas dos Corecon's com a ideia de que o Cofecon coordene a ação. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que o tema era antigo e não avançou e o Cofecon deveria tomar a frente do assunto. Sobre as cobranças, sugeriu que a mensagem da carta fosse clara sobre as consequências para quem não cumpre com sua obrigação de pagar, que fosse um documento esclarecedor dos desdobramentos do não pagamento das anuidades. Quanto as perdas salariais, disse que era um tema delicado, que precisava levar em conta o aumento da arrecadação para suprir essas perdas. Disse ainda que era um pleito justo e legítimo, mas era preciso cuidar das contas da entidade de forma que pudesse ser acolhido no próximo exercício. O conselheiro Gervásio Ferreira concordou com as ponderações do conselheiro Reinaldo Sampaio sobre a grade curricular dos cursos de economia que precisam passar por ajustes. Disse ainda que era preciso vincular com a Lei pois muitas atividades dos economistas foram capturadas por outras profissões. Salientou que o Cofecon precisa discutir o que deve ser voltado para a atualidade pois nos departamentos de Economia o assunto não evolui. Disse ainda que as IES privadas adequaram as suas grades curriculares mas as IES públicas não fazem. Finalizou dizendo que na UFBA até foram criadas algumas disciplinas optativas mais voltadas para o mercado de trabalho e que nos eventos já consegue ver mais estudantes participando e os professores mais flexíveis. A presidente Isabel de Cássia disse que viu na UFBA, UEFS e UESC os alunos envolvidos na coordenação dos eventos, por isso tem prestigiado os mesmos nos eventos do Corecon para estimularem a se enxergarem como futuros economistas. O conselheiro Reinaldo Sampaio perguntou se os cursos a distância promovidos pela plataforma EAD do Cofecon são estimulados e a presidente Isabel de Cássia disse que sim, que no grupo de presidentes são informados, os Conselhos divulgam e que na semana anterior foi feita uma apresentação do Corecon/SP sobre cobrança. Finalizou dizendo que tudo tem sido divulgado nos grupos, site e redes sociais do Corecon e o conselheiro Reinaldo Sampaio disse que a participação dos estudantes era muito importante. O presidente do Cofecon Paulo Dantas disse que o Cofecon tem uma Comissão de Educação coordenada pelo conselheiro e prof. Claudemir e desde 2023 buscam o MEC, mas os resultados não são satisfatórios. Salientou que se os Corecon's tiverem propostas para discussão as portas estão abertas e o Cofecon será o emissário mas tudo é bem complicado, pois mudar matriz

curricular é um assunto difícil. Sobre o PL da profissão, disse que será levado à Comissão específica da Câmara dos Deputados para julgamento em duas semanas, mas seu conteúdo foi muito bem recepcionado pelo relator. Disse ainda que foi chamado pelo o relator para uma reunião e o mesmo lhe disse que para não prejudicar o andamento do PL tiraria o que se refere aos economistas comporem carreira de Estado na União, pois se permanecesse não seria aprovado. O conselheiro Luiz Pimenta disse que está muito preocupado com a ideia da reposição salarial e que as perdas não podem ser consideradas como uma dívida do Corecon. A presidente Isabel de Cássia informou que não tem tratado o assunto como uma dívida, apenas como uma proposta de reposição para análise, deixando claro que nunca houve uma solicitação dos servidores ou sindicato. O conselheiro Luiz Pimenta disse que o pleito é justo e legítimo, mas da forma como tem sido tratado parecia uma dívida do Conselho e que isso era perigoso para os próximos gestores. A presidente Isabel de Cássia disse que era apenas um histórico e o conselheiro Luiz Pimenta repetiu que nas reuniões as perdas lhe parecem ser tratadas como uma dívida e que achava essa reposição complicada. A presidente Isabel de Cássia deixou claro que não era uma dívida, mas uma despesa para ser pensada para 2025 e que estava buscando alternativas para resolver. Finalizou pedindo a reflexão de todos. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que não via o tema como uma dívida, mas sim como uma proposta para resolver a questão de forma parcelada de maneira que não impacte nas contas da entidade. Quanto as mudanças na grade curricular, disse que não acha viável propostas dos Corecon's para o Cofecon, entendendo ao contrário, tendo que ser uma demanda chancelada pelo Cofecon ou não prospera no MEC. Disse ainda que talvez fosse viável um diálogo até com o ministro da Educação através da CNI que tem interesses em mudanças das grades curriculares dos cursos de ciências exatas. O presidente do Cofecon Paulo Dantas disse que irá discutir o assunto no âmbito do Cofecon ainda dentro do pequeno período que lhe resta como presidente. A conselheira Helga Dulce disse que a discussão sobre alterações na matriz curricular dos cursos de economia é de longa data, que em outros momentos de ajustes sempre viu contribuições do Cofecon e sugeriu que a ANGE também fosse consultada. O presidente do Cofecon Paulo Dantas informou que todas as 12 atividades colocadas como privativas no PL lhe interessavam muito, mas tinha especial apreço pelas atividades de elaboração de projetos de viabilidade econômica e elaboração de orçamento público.

2.6. Automação de processos – pessoal do Cofecon.

A presidente Isabel de Cássia informou que durante toda aquela semana uma equipe do Cofecon estava no Conselho implantando e dando curso sobre o uso da plataforma SEI de gerenciamento de processos e implantando os serviços on-line onde os economistas a distância poderão fazer suas solicitações via sistema sem precisar ir ao Conselho. Disse ainda que esses dois sistemas trarão ganhos para o Corecon e os economistas e solicitou aos conselheiros que fossem ao Conselho fazer suas senhas, pois a partir da implantação tudo tramitaria através do SEI. Por fim agradeceu ao presidente Paulo Dantas pela equipe.

III – ORDEM DO DIA. 3.1. Definição valores de anuidades, taxas e emulmentos para 2025.

A presidente Isabel de Cássia informou que encaminhou aos conselheiros a Resolução do Cofecon nº 2.170 de 1º de outubro de 2024 que trata da definição dos valores das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2025 e que precisavam deliberar para fazer constar em ata e posterior criação de Resolução para encaminhamento ao Cofecon e geração de anuidades no sistema. Disse ainda que o assunto deveria estar amadurecido pelos conselheiros para a definição. Após todas as explanações necessárias, a presidente informou que haviam duas propostas de valores: R\$ 700,00 (setecentos reais) com desconto de 5% para pagamento antecipado em cota única e R\$ 686,00 (seiscentos e oitenta e seis reais) com desconto de 5% para pagamento antecipado em cota única. Após discussões e colocada em deliberação, a maioria do plenário aprovou para anuidade de pessoa física para o exercício de 2025 o valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) com desconto de 5% para pagamento antecipado em cota única até 31/01/2025, ou dividida três parcelas no valor de R\$ 233,33 com respectivos vencimentos em 31/01/2025, 28/02/2025 e 31/03/2025. Quanto à expedição de carteira de identidade do economista, sugeriu que seja aplicado o mesmo percentual do INPC sobre o valor vigente e para os demais itens. Já para as taxas e emolumentos deveriam ser aplicados os valores mínimos contidos na Resolução do Cofecon.

3.4. Premiações do Cofecon: destaque econômico, personalidade econômica, mulher economista e mulher transformadora – 18/11.

A presidente Isabel de Cássia inverteu a pauta e informou que encaminhou aos conselheiros um link para escolha dos nomes que seriam premiados pelo Cofecon, então era preciso que todos acessassem o link e votasse nos nomes que já forma estabelecidos. Disse ainda que no dia 5 de dezembro haverá uma reunião do Fórum das Profissões Regulamentas da Bahia quando discutirão propostas de fiscalização conjunta e valorização profissional e finalizou informando que teve uma reunião como Alex Gama e que o Núcleo de Perícia ficou de atualizar o seu regimento.

3.3. Processo Eleitoral - resultado da eleição e homologação.

A presidente Isabel de Cássia informou que estava em mãos com a documentação necessária para apresentação do processo eleitoral e homologação do seu resultado, cumprindo uma exigência do Cofecon. Disse que os documentos completos vão desde a criação da comissão eleitoral até o resultado final e o documento de aprovação pelo plenário. Continuou dizendo que a eleição transcorreu tranquila nos dias 29 a 31 de outubro e que a chapa única denominada Renova Corecon/BA 2025 foi eleita. Informou que 193 (cento e noventa e três) economistas votaram, dos 1.138 (mil, cento e trinta e oito) em condições de votar, apurado o seguinte resultado: 169 votos válidos, 16 (dezesesseis) votos em branco e 8 (oito) votos nulos, sendo a chapa eleita assim composta: para delegados-eleitores titular e suplente junto ao colégio eleitoral do Cofecon respectivamente os economistas Reinaldo Dantas Sampaio – registro Corecon/BA nº 4278 e Marcelo José dos Santos – registro Corecon/BA nº 2286. Para conselheiros regionais titulares com mandatos de 2025 a 2027 os respectivos economistas Ana Cristina Cerqueira – registro Corecon/BA nº 5799, Mônica de Moura Pires – registro Corecon/BA nº 5231 e José Antonio Gonçalves dos Santos – registro Corecon/BA nº 4681. Para conselheiros regionais suplentes com mandato de 2025 a 2027 os economistas Luiz José Pimenta – registro Corecon/BA nº 1549, Gesner Brehmer de Araújo Silva – registro Corecon/BA nº 6579 e Carlos Danilo Peres Almeida – registro Corecon/BA nº 6477. Após prestadas todas as informações a presidente Isabel de Cássia pediu aos presentes que se manifestassem e colocado em apreciação e votação, o Dossiê Eleitoral do Corecon/BA relativo ao pleito eleitoral de 2024 foi aprovado por todos os presentes.

3.2. Prestação de Contas do 3º trimestre de 2024.

O contador Pedro Gomes informou que era uma exigência regimental apreciar e aprovar as prestações de contas do Corecon e posterior encaminhamento ao Cofecon para julgamento e iniciou sua explanação dizendo que as receitas orçamentárias arrecadadas do Corecon no 3º trimestre de 2024 foram de R\$ 154.419 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezenove reais) e as despesas realizadas foram de R\$ 252.668 (duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais), apurando um déficit no trimestre de R\$ 98.249 (noventa e oito mil, duzentos e quarenta e nove reais), mas o déficit foi menor comparado ao mesmo trimestre de 2023 cujo valor foi de R\$ 107.594 (cento e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais). Salientou que as despesas nos meses de agosto e setembro pesaram nos resultados pois houve despesas extras no valor de R\$ 11.551 (onze mil, quinhentos e cinquenta e um reais) em gastos com passagens aéreas, viagens, diárias e uma taxa extra de condomínio no valor de R\$ 1.418 (hum mil, quatrocentos e dezoito reais), além dos gastos com a Semana de Economia no valor de R\$ 31.989 (trinta e um mil, novecentos e oitenta e nove reais) que foi coberta pelos patrocínios obtidos, no valor de R\$ 33.000 (trinta e três mil reais), restando ainda a receber do BNB, o patrocínio no valor de R\$ 18.000 (dezoito mil reais), cujo valor, quando for recebido, reduzirá o déficit do trimestre para R\$ 85.073 (oitenta e cinco mil e setenta e três reais). O contador dr. Pedro Gomes continuou dizendo que os números de 2024 são melhores do que os de 2023 e as contas do Conselho ainda estão superavitárias, até o 3º trimestre de 2024, no valor de R\$ 176.954 (cento e setenta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), considerando um bom superávit acumulado. Salientou que as despesas financeiras diminuíram um pouco e que no 1º trimestre, quando entram a maioria dos valores em anuidades, arrecadou R\$ 588.290 (quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa reais), melhorando os resultados em relação ao mesmo período de 2023 com superávits no 1º, 2º e 3º trimestres, encerrando o trimestre com uma disponibilidade financeira de R\$ 509.922 (quinhentos e nove mil, novecentos e vinte e dois reais). Disse ainda que no mês de outubro houve uma arrecadação maior do que no mesmo mês do ano anterior e espera, segundo o fluxo de caixa e se tudo caminhar como se apresenta, encerrar o exercício com um déficit bem menor do que em 2023, ou até um pequeno superávit. O presidente do Cofecon Paulo Dantas perguntou se o valor de

R\$ 509.922 (quinhentos e nove mil, novecentos e vinte e dois reais) eram saldo bancário e o contador Pedro Gomes informou que sim e que estavam aplicados no Banco do Brasil em um Fundo de resgate imediato. O conselheiro Reinaldo Sampaio perguntou se nas despesas do 3º trimestre ainda tinham gastos a serem pagos com os recursos do BNB e se era necessária uma comprovação específica de gastos. O contador Pedro Gomes informou que todos os gastos já haviam sido pagos e a prestação de contas solicitada já havia sido encaminhada, restando somente o recebimento do recurso. A presidente Isabel de Cássia informou que tem ligado para o BNB e recebido a informação de que será pago, mas está na fila de patrocínios e que a assessora de comunicação Lívia Santana já passou os documentos necessários para a prestação de contas da Bahiagás. O conselheiro Reinaldo Sampaio então disse que os R\$ 18.000 (dezoito mil reais) do BNB serão somados aos 509.922 (quinhentos e nove mil, novecentos e vinte e dois reais) o que se pode concluir que terminará o exercício de 2024 com caixa bem próximo a 2023, algo em torno de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta mil reais) e que o 4º trimestre sempre gera déficit tendo em vista o pagamento do 13º salário e outras despesas inerentes a dezembro. O contador Pedro Gomes disse que deve terminar o exercício com uma disponibilidade financeira bem próxima a 2023. Após discussões, a presidente Isabel de Cássia solicitou ao contador Pedro Gomes que procedesse à leitura do Parecer que já estava assinado pelos membros da CTC que opinava pela aprovação das contas do 3º trimestre de 2024 e após lido e colocado em discussão e votação, o plenário aprovou as contas relativas ao 3º trimestre de 2024. O presidente do Cofecon Paulo Dantas informou que precisaria se ausentar para outro compromisso e a presidente Isabel de Cássia agradeceu pela sua participação. IV – O QUE OCORRER. Nada mais a tratar, a presidente Isabel de Cássia agradeceu a todos, pediu desculpas pelo tamanho da pauta e encerrou os trabalhos da Sessão Plenária e eu, Bruno Pires Sacramento lavrei a presente ata que será assinada por todos os presentes. Salvador, 13 de novembro de 2024.